

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 1, Número 2, Outubro de 2012

Dossiê Primavera Árabe

As Linguagens das Revoluções Árabes

Abdou Filali-Ansary

Por que não há Democracias Árabes?

Larry Diamond

A Transição na Tunísia e a Mútua Tolerância

Alfred Stepan

Dossiê Sudeste Asiático

Reforma Econômica e Autoritarismo no Vietnã, Laos e Camboja

Martin Gainsborough

Estados Fortes e Democratização na Malásia e Singapura

Dan Slater

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj
Sergio Fausto
Diego Abente Brun
Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso
Antonio Mitre
Larry Diamond
Marc F. Plattner
Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Elis Lavanholi

REVISÃO TÉCNICA

Rodrigo Brandão

Apresentação

Este segundo número do *Journal of Democracy em Português* traz dois conjuntos de artigos. O primeiro se refere às visíveis mudanças políticas no convulsionado mundo árabe. O segundo, às praticamente invisíveis perspectivas de mudança política em sólidos regimes não democráticos do Sudeste Asiático.

O interesse pela chamada “Primavera Árabe” quase dispensa justificção. Até dois anos atrás, quando protestos pró-democracia tomaram as praças de Túnis e do Cairo, ninguém acreditava que as longevas autocracias da Tunísia e do Egito estivessem perto do fim. Hoje a pergunta é se serão realmente democráticos os regimes que se estão erguendo naqueles dois países, bem como na Líbia. E se as mudanças que se iniciaram no Norte da África poderão alastrar-se pelo Oriente Médio.

Essas questões são abordadas, respectivamente, por Alfred Stepan, em “A Transição na Tunísia e a Mútua Tolerância”, e por Larry Diamond, em “Por que não há Democracias Árabes?”. Stepan é professor da Universidade de Columbia, em Nova York, e se destacou no estudo comparativo de transições para a democracia em países do Ocidente, entre eles o Brasil. Faz dez anos, suas atenções se voltaram para o mundo árabe. Desde então, Stepan sustenta o argumento de que a infreqüência de democracias no mundo árabe se explica menos pela existência de populações majoritariamente mulçumanas e mais pelas estruturas sociais e políticas associadas ao controle familiar-estatal sobre fontes abundantes de petróleo. O autor encontra na Tunísia, país de maioria mulçumana e pobre em petróleo, mais um exemplo a sustentar sua tese. No artigo aqui publicado, ele reconstrói a tessitura dos acordos que permitiram a deposição relativamente incruenta de Ben Ali e a transição pacífica

para a democracia. A narrativa é pontuada por referências a entrevistas por ele realizadas com líderes políticos da chamada “Revolução de Jasmim” ao longo de 2011.

Stepan identifica nos acordos políticos da transição tunisiana a formação do que ele chama de uma tolerância mútua. De um lado, a aceitação, por parte dos cidadãos religiosos, de que apenas as leis constitucionais - e não supostas leis divinas - podem limitar a liberdade de decisão dos chefes de governo e parlamentos democraticamente eleitos. De outro, a aceitação, por parte do Estado laico, de que os cidadãos religiosos têm o direito de se organizar e manifestar politicamente com base nos valores de suas crenças religiosas. Para o autor, o desenvolvimento da “mútua tolerância” seria indispensável à consolidação da democracia na Tunísia. Embora ainda em aberto, Stepan é otimista em relação a essa possibilidade. Otimismo que não se repete em relação ao Egito, por razões que o leitor encontrará no artigo.

Em “Por que não há Democracias Árabes?”, Larry Diamond segue a mesma trilha de Stepan e se aprofunda nas causas da inexistência de democracias em países árabes com grande produção e exportação de petróleo. Embora esse artigo tenha sido escrito em 2010, antes portanto do início da “Primavera Árabe”, decidimos incluí-lo porque os Petroestados árabes continuam incólumes às mudanças desencadeadas a partir da Tunísia e do Egito. Os países da Península Arábica, com a Arábia Saudita ao centro, constituem ainda uma fortaleza autoritária aparentemente inexpugnável. Se ampliarmos o mapa, surgirá o Iraque, onde a ditadura de Saddam Hussein já não mais existe. Mas ali se tratou de uma transição “at gun point”, no bojo de uma ocupação militar estrangeira, cujos desdobramentos políticos, aliás, são ainda muito incertos.

O terceiro artigo do dossiê sobre a “Primavera Árabe” – na verdade, o primeiro, por ordem de apresentação – difere dos anteriores por trafegar não no mundo das instituições políticas, mas, sim, da linguagem política. Abdou Filali-Ansary o escreveu para a confe-

rência “The Seymour Martin Lipset Lecture on Democracy in the World”, de 2012, ocasião em que anualmente o National Endowment for Democracy distingue destacados líderes políticos e intelectuais comprometidos com a democracia.

Em seu texto, Filali-Ansary faz uma fascinante incursão pelos sentidos nem sempre únicos de palavras e slogans empregados por líderes e militantes da “Primavera Árabe”. Para o autor, está em formação uma nova linguagem da política em países como o Egito e a Tunísia. Ela se alimentaria de duas vertentes distintas: a apropriação de conceitos e palavras da tradição política ocidental, como sociedade civil e direitos humanos, e a ressignificação de conceitos e palavras da tradição islâmica. A depender do contexto, exemplifica, um apelo ao retorno da *shari‘a* pode significar tanto o desejo de imposição legal generalizada de um código de conduta pessoal severo e discriminatório contra as mulheres como, alternativamente, a moralização da vida pública contra a corrupção e o abuso do poder. Filali-Ansary não desconhece o risco de que as revoluções árabes produzam regimes políticos fundamentalistas, embora seja otimista quanto às chances de que acabem por prevalecer fundamentos democráticos de legitimação do poder político. Seu artigo é, na verdade, um alerta contra “um secularismo de mente estreita”, incapaz, segundo o autor, de perceber a ressignificação de parte do léxico religioso por novas práticas e aspirações potencialmente democráticas nas sociedades árabes.

Passemos ao segundo conjunto de artigos deste número, referidos ao Sudeste Asiático. A região é uma peça cada vez mais importante do complexo quebra-cabeça geopolítico e geoeconômico do mundo atual. Isso se dá pela crescente integração dos países da região ao sistema produtivo organizado em torno da China e pela contraofensiva econômica e militar dos Estados Unidos para contrabalançar o peso do gigante chinês naquela parte do mundo. Além disso, o Sudeste Asiático frequenta o debate global sobre modelos de desenvolvimento, com prestígio ascendente depois do colapso do socialismo e da crise do chamado “Consenso de Washington”.

Ali, parece haver-se estruturado uma fórmula estável de crescimento econômico, progresso social e autoritarismo, em que o fortalecimento do primeiro e segundo termos da equação não resulta em enfraquecimento do terceiro, contrariando a crença de que o desenvolvimento econômico e social acarretaria inevitavelmente a liberalização política dos regimes autoritários. O mesmo se passa na China, em escala ampliada, onde reformas capitalistas graduais desencadearam um processo de crescimento econômico e mobilidade social ascendente sem paralelo na história, sem que isso tenha colocado em xeque o regime de partido único. Esse “modelo” (desenvolvimentista, autoritário e eficiente) encontra adeptos em outros lugares no mundo, em especial entre governantes africanos que buscam os benefícios do crescimento sem os riscos – sobretudo para eles – da liberalização política e econômica. Mesmo na América Latina há quem veja o “modelo” com bons olhos, como contraponto, quando não uma alternativa, aos modelos ocidentais de capitalismo liberal-democrático.

As semelhanças entre os países do Sudeste Asiático escondem, porém, realidades distintas, mesmo entre os que se desenvolvem sob regimes não democráticos. É dessas realidades distintas que tratam os artigos de Martin Gainsborough, sobre Vietnã, Camboja e Laos, e de Dan Slater, da Universidade de Chicago, sobre Malásia e Singapura.

O primeiro grupo de países foi palco de um dos mais prolongados conflitos do período da Guerra Fria, no qual se envolveram direta ou indiretamente Estados Unidos, União Soviética e China. Desses conflitos resultou a implantação de regimes comunistas a partir da segunda metade da década de 1970. Já Malásia e Singapura se mantiveram relativamente à margem da Guerra Fria porque suas elites locais, em aliança com os antigos colonizadores ingleses, conseguiram fazer frente aos movimentos sociais e sindicais de esquerda já na primeira etapa da vida política pós-colonial. Criaram-se ali ditaduras capitalistas amparadas por Estados com grande capacidade não apenas de reprimir opositores, mas também de orquestrar o crescimento econômico e distribuir a renda.

Nos últimos vinte anos, Vietnã, Laos e Camboja seguiram os passos da China, introduzindo reformas econômicas sem alterar o regime político, ao passo que Malásia e Singapura caminharam lentamente na direção de uma democracia com eleições mais disputadas, embora estejam ainda muito aquém de uma real alternância no poder. A existência de um Estado com alta capacidade de gestão da economia e da sociedade e de uma classe média ampla e interessada em conservar os ganhos obtidos sob o autoritarismo faz Slater prever uma transição estável de Malásia e Singapura em direção a regimes mais plenamente democráticos. Eles farão, acredita o autor, percurso semelhante ao realizado por Taiwan e Coreia do Sul a partir do final dos anos 80. Já Gainsborough é mais cético em relação a uma transição democrática no Vietnã, Laos e Camboja, países não apenas mais pobres que Malásia e Singapura, mas também com classes médias mais dependentes do Estado. Nos próximos anos, mudanças políticas mais significativas nesses três países só ocorreriam, na visão do autor, se provocadas por mudanças maiores na China.

Com um dossiê sobre a “Primavera Árabe” e outro sobre países não democráticos do Sudeste Asiático, este segundo número segue as pegadas do primeiro. Reafirmamos, assim, a linha editorial de oferecer ao público de língua portuguesa informação e análise de qualidade sobre processos políticos que estão moldando o mundo multipolar e ampliando o leque de desafios práticos e teóricos à organização democrática da vida social e política.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê Sudeste Asiático

ESTADOS FORTES E DEMOCRATIZAÇÃO NA MALÁSIA E SINGAPURA*

Dan Slater

Dan Slater é professor associado de ciência política na Universidade de Chicago. Ele é autor de “Ordering Power: Contentious Politics and Authoritarian Leviathans in Southeast Asia” (2010) (“Ordenando o Poder: Política Contenciosa e Leviatãs no Sudeste Asiático”, em tradução livre) e coeditor de “Southeast Asia in Political Science: Theory, Region, and Qualitative Analysis” (2008) (“Sudeste Asiático na Ciência Política: Teoria, Região e Análise Qualitativa”, em tradução livre).

Malásia e Singapura foram governados durante muito tempo por regimes autoritários distintos de todos os outros do mundo – com exceção deles mesmos. A distinção compartilhada por esses dois vizinhos começa com o obstinado desafio que impõem à correlação entre desenvolvimento econômico e democracia. Como afirmam Adam Przeworski e Fernando Limongi, “Singapura e Malásia são os dois países que se desenvolveram durante um longo período, tornaram-se ricos e ainda se mantêm como regimes ditatoriais”¹. Igualmente dominados durante décadas por partidos aparentemente invencíveis, esses dois regimes também parecem distintos por serem “regimes híbridos”, nos quais as eleições às vezes dão a impressão de serem significativamente competitivas, apesar de uma grande parcela do poder

*Publicado originalmente como “Strong-State Democratization in Malaysia and Singapore”, *Journal of Democracy*, Volume 23, Número 2, Abril de 2012 © 2012 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

nunca mudar de mãos. Um terceiro motivo para agrupar Malásia e Singapura como um par bastante singular é a centralidade das considerações étnicas em todos os assuntos políticos, dadas as relações historicamente difíceis entre os malaios muçulmanos e os malaios de etnia chinesa – o primeiro grupo constituindo a maioria no poder na Malásia e o segundo, em Singapura².

Desde o fim da Guerra Fria, no entanto, Malásia e Singapura tornaram-se menos distintos em todos esses aspectos. Para os neófitos, tornou-se absolutamente banal a ideia de que desenvolvimento e democracia não caminham, por natureza, de mãos dadas. O autoritarismo permanece em países cujas economias crescem a um passo acelerado (como, por exemplo, na China e na Rússia), enquanto a democracia sobrevive em alguns dos cantos mais pobres da África e da América Latina, e luta para nascer em regiões extremamente empobrecidas do Oriente Médio. Em segundo lugar, embora os “regimes híbridos” fossem considerados curiosidades, o “autoritarismo competitivo” – ou, de forma mais ampla, o “autoritarismo eleitoral” – é hoje um dos regimes mais comuns do mundo³. Por fim, um número crescente de países luta, como Malásia e Singapura o fizeram por muito tempo, para conciliar política eleitoral e conflitos étnicos. A aparente contribuição da disputa eleitoral ao conflito étnico em casos como o do Iraque, do Quênia e da Sérvia mostram com clareza como o destino dos regimes depende de sua capacidade de preservar a paz. Cada vez mais, em todos esses aspectos, Malásia e Singapura assemelham-se à regra global, e não à exceção.

Ambos os países certamente diferem em todas essas dimensões. Eles possuem a semelhança (e a rivalidade) de irmãos, e não de gêmeos idênticos. De qualquer forma, o peculiar autoritarismo compartilhado por ambos sempre foi muito mais profundo do que suas eleições, economias e políticas étnicas. É a extraordinária *força do aparelho estatal* nos dois países que melhor distingue o tipo semelhante de autoritarismo exposto por ambos, e que melhor explica por que ele provou ser tão estável e duradouro em ambos os lados do Estreito de Johor. A força do

Estado é a característica mais importante da política da Malásia e de Singapura a ser lembrada ao se ponderar se eles poderiam se democratizar – e, em caso positivo, o que aconteceria depois.

Compreender a direção desses regimes de notória durabilidade requer compreender primeiro de onde vieram seus Estados extraordinariamente fortes. É muito significativo o fato de que os partidos governantes da Malásia e de Singapura não tenham *construído* seus poderosos aparelhos de Estado, mas sim os tenham *desenvolvido*. Esses poderosos Leviatãs foram, a princípio, um produto das formas excepcionalmente intensas de cooperação contrarrevolucionária entre as elites locais e as britânicas no fim do domínio colonial nas décadas de 1940 e 1950. Portanto, Estados fortes *precederam* a ascensão do domínio da Organização Nacional para a Unidade Malaia (ONUM) e do Partido da Ação Popular (PAP), de Singapura. Por essa razão, elevados níveis de poder do Estado também *sobreviveriam* a esses partidos dominantes se eles perdessem completamente seu controle autoritário ou até mesmo seu poder.

O poder do Estado é uma fonte de estabilidade política muito mais confiável do que o domínio autoritário, ainda que seja muito mais difícil de ser construído⁴. Uma vez construído, ele não depende de nenhuma forma de regime político; democracias, assim como ditaduras, podem ter Estados fortes. Dado que a democratização não enfraqueceria os Leviatãs malaio e singapurense, ela não desestabilizaria a política, como geralmente afirmam os governantes desses dois países. O autoritarismo atinge seu ápice quando é amplamente encarado como um elemento necessário à estabilização; e a durabilidade do autoritarismo na Malásia e em Singapura sempre se baseou nessa percepção. As expectativas de instabilidade *após* a democratização são, portanto, cruciais para a democratização dos dois países.

O Nordeste da Ásia oferece lições comparativas valiosas nesse aspecto. Não obstante as particularidades das políticas malaia e singapurense, uma mudança de regime em ambos os casos constituiria

novas formas de um processo histórico mais geral que chamo de “democratização de Estados fortes (*strong-state democratization*)”. Além da Europa Ocidental, o Nordeste Asiático tem sido o líder mundial nesse quesito. O Japão passou por um processo desse tipo na década de 1940, seguido pela Coreia do Sul na década de 1980 e por Taiwan na década de 1990. Em todos os casos, os legados herdados do poder do Estado perduraram após o fim do autoritarismo, assim como a subjacente estabilidade política e a governança eficiente. Décadas de desenvolvimento e de redução da pobreza patrocinadas pelo Estado sob condições autoritárias produziram eleitorados moderados, predominantemente de classe média, que rejeitam políticas radicais e que, nas eleições, dão preferência a partidos conservadores, que a princípio eram autoritários. Quando ditaduras de Estados fortes promovem a democratização em épocas de relativa prosperidade e estabilidade, como na Coreia e em Taiwan, a estabilidade e a democracia coincidem. Flexibilizar o poder autoritário não significa perder o Leviatã.

Entretanto, aí reside a ironia. A mesma força de Estado que facilita transições estáveis para a democracia também permite que governantes evitem a democratização por muito mais tempo do que determinariam preocupações plausíveis com a estabilidade. Portanto, o principal motivo pelo qual a democratização ocorreria de forma suave na Malásia e em Singapura é também o principal motivo pelo qual ela pode nunca vir a se concretizar nesses dois países.

Origens Hobbesianas

É apropriado chamar os aparelhos de Estado da Malásia e de Singapura de “Leviatãs” em virtude da dinâmica hobbesiana que guiou seus anos de formação⁵. A curta ocupação do Sudeste Asiático pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial dizimou as estruturas de Estados coloniais minimalistas da região existentes antes da guerra, enquanto a colonização mais intensa pelos japoneses na Coreia (de 1910 a 1945) e em Taiwan (de 1895 a 1945) gerou estruturas coercivas e administrativas muito mais fortes. A ocupação japonesa tam-

bém deu origem à formação de Estados no Sudeste Asiático, mas de forma indireta, ao desencadear a mobilização de movimentos armados de resistência inspirados no comunismo. Após o Japão se render, esses movimentos trouxeram grandes desafios aos colonialistas do Ocidente que retornaram à região, estimulando esforços de criação de aparatos estatais capazes de lidar com as ameaças explosivas que advinham das bases.

Mais do que em qualquer outro lugar do Sudeste Asiático, a Malaia* e Singapura testemunharam a resistência antijaponesa da época da guerra se transformar em poderosos e radicais movimentos trabalhistas pós-guerra. A militância urbana incentivou os ingleses e seus colaboradores locais a se empenhar na construção de estruturas estatais. Inicialmente, isso tomou a forma de reorganização dos aparelhos coercivos de ambos os Estados para fins de controle do trabalho e, na Malaia, tomou a forma de contrainsurgência declarada. No início da década de 1950, ambas as colônias inglesas haviam literalmente se tornado Estados policialescos, com eficientes instituições civis de coerção para refrear o comunalismo** endêmico e o radicalismo de esquerda.

Outra resposta das autoridades inglesas às tensões esquerdistas e comunistas foi a implementação de grandes reformas na administração civil e a imposição da cobrança direta de impostos sobre as elites econômicas. Isso proporcionou aos dois países – e a todos os regimes que os governariam depois – uma base fiscal sólida. Nesse quesito, os responsáveis pela criação dos aparatos estatais foram muito bem-sucedidos quando introduziram, em 1947, impostos diretos sobre rendimentos de pessoas físicas e jurídicas na Malaia e em Singapura. Isso implicou uma mudança dramática na estratégia fiscal dos dois únicos Estados que eram, antes da Segunda Guerra Mundial, os dois únicos do Sudeste Asiático a *não* terem sistemas significativos de arrecadação direta de impostos. Foi durante esse período imediatamente posterior à Guerra que Malaia e Singapura

*Nota do editor: A Malaia foi renomeada como Malásia apenas em 1963.

** Nota do editor: O termo “comunalismo” e seus correlatos - como, por exemplo, “comunal” e “comunalista” - fazem referência a situações de tensão ou de choque entre comunidades de raças, idiomas, religiões ou memória histórica diferentes.

começaram a superar os vizinhos, como Filipinas e Tailândia, na capacidade de arrecadar impostos diretos; capacidade essa que os distingue desde então.

Em 1951, as tensões esquerdistas também proporcionaram às autoridades coloniais a oportunidade política de introduzir o Fundo de Previdência dos Funcionários (FPF) da Malaia, o primeiro fundo do tipo entre os países em desenvolvimento. Autoridades inglesas reagiram de forma semelhante ao agravamento das tensões estudantis e trabalhistas chinesas de 1955 em Singapura, implementando um esquema de poupança compulsória conhecida como Fundo de Previdência Central (FPC). Esses fundos garantiram que a maior parte das poupanças nacionais permanecesse nas mãos do setor público – e não do setor privado –, complementando o poder fiscal de Estados já altamente capacitados a extrair renda de suas populações. Portanto, aparelhos estatais que arrecadavam receitas abundantes e eram dotados de um leque amplo de mecanismos de intervenção surgiram *antes* dos partidos dominantes que mais tarde os controlariam.

O êxito dos ingleses na criação de novas instituições no fim da era colonial na Malaia e em Singapura sempre dependeu do apoio ativo de elites locais poderosas. Esse apoio se baseava em percepções compartilhadas pelas elites de que instituições estatais mais fortes eram necessárias para contrabalançar a considerável ameaça imposta pelo comunismo e pela esquerda radical. Uma vez que a ameaça advinda das bases persistiu no período pós-independência, o poder do Estado não foi apenas *herdado* em ambos os casos, mas foi também *intensificado* após a ONU e o PAP ganharem o poder.

Embora tenham governado de forma extremamente totalitária, ambos os partidos chegaram ao poder de forma democrática. Como a política burocrática do fim do colonialismo deu lugar à política eleitoral de descolonização durante a década de 1950, os dois partidos cultivaram o apoio das massas com promessas de alavancar o poder do Estado para fornecer bens públicos. Considerando-se que a estabilidade política na Malásia e em Singapura é o produto

conjunto de partidos governantes robustos e de Estados altamente eficientes, vale ressaltar que esses partidos ganharam apoio estabilizador entre diferentes classes por meio de pressões associadas a intensas disputas democráticas, e não por meio de uma posição de hegemonia autoritária.

A ONUM, da Malásia, alcançou sua posição de dominação antes do PAP, embora seu desempenho e popularidade tenham arrefecido mais rapidamente. Após garantir o poder em uma série de eleições marcadas pela descolonização, a Aliança multiétnica liderada pela ONUM manteve supermaiorias parlamentares nas votações pós-independência de 1959 e 1964. No entanto, sua falta de resposta às pressões das comunidades malaia e chinesa por redistribuição levou a um choque desagradável nas eleições de 1969. A Aliança perdeu sua maioria de dois terços após adversários populistas fazerem incursões surpreendentes entre os eleitores malaios e, especialmente, entre os eleitores chineses. Revoltas pós-eleitorais entre oposicionistas chineses da classe operária e malaios pró-ONUM levaram os líderes da ONUM a declarar lei marcial e a suspender o Parlamento por mais de dois anos. Desse interregno eleitoral emergiu um arranjo político muito mais autoritário – com a expansão da Aliança para uma coalizão mais ampla de partidos, o Barisan Nasional (BN, ou Frente Nacional) –, o qual restaurou a maioria governamental de dois terços (uma vantagem que não seria perdida novamente até 2008).

Assim como a ONUM, o PAP teve que atravessar barreiras democráticas a fim de alcançar as margens plácidas da dominação autoritária. Inicialmente um movimento que perpassava diversas classes – abrangendo tanto esquerdistas radicais, quanto quase-nacionalistas mais conservadores –, o PAP conquistou a vitória nas eleições de 1959 que levaram ao autogoverno singapurense. O partido logo começou a alavancar o poder do Estado para recompensar o trabalho pelo apoio. No entanto, a provisão estatal sob condições capitalistas não era o que os pelotões e as fileiras radicais do PAP tinham em mente. As elites não comunistas do partido eram amplamente supera-

das em número por suas massas pró-comunistas. Assim, os líderes do PAP aceleraram o rompimento do partido em 1961 usando leis draconianas de segurança para reprimir sindicalistas radicais. A Frente Socialista de esquerda se separou do partido, deixando o PAP sem os trabalhadores organizados, o seu principal eleitorado de massa.

Apesar de se divorciar de seu eleitorado mais poderoso na sociedade, o PAP foi capaz de florescer graças a seu casamento com o Estado. Ao elaborar “uma coligação entre a liderança política e a burocracia civil”⁶, o PAP acumulou amplo poder coercivo e administrativo para oprimir a oposição. A coerção sistemática era o instrumento mais grosseiro do arsenal do partido-estado, utilizado de maneira mais assustadora quando 24 líderes da oposição e mais de uma centena de ativistas de esquerda foram detidos na Operação Frigorífico (*Operation Coldstore*) em fevereiro de 1963. As eleições posteriores garantiram 37 dos 51 assentos parlamentares ao PAP. Com sua posição garantida, os líderes do PAP rapidamente ordenaram outras rodadas de prisões e deportações para continuar arruinando as perspectivas da oposição. Entretanto, o domínio do partido era apenas local. Com a incorporação iminente de Singapura pela federação da Malásia, o PAP foi forçado a continuar a cultivar o apoio das massas para disputar eleições democráticas nacionais.

O breve período de incorporação de Singapura pela Malásia (1963-65) não deu certo. Eram grandes as tensões entre o PAP e a ONU, e novamente surgiram conflitos comunistas. Singapura finalmente foi expulsa da federação, o que fez da ilha uma cidade-estado independente na qual o PAP pôde exercer livremente o domínio de partido único autoritário. Assim, em Singapura, em 1965 – como na Malásia, em 1969 –, um partido que conquistou o poder de modo democrático tornou-se o partido governante autoritário que o mundo conhece hoje. Como seus antecessores coloniais, o PAP e a ONU aproveitaram os conflitos desestabilizadores de caráter comunista e promovidos pela esquerda para construir instituições políticas que se mostravam as mais adequadas para se evitar a recorrência de conflitos desse tipo.

O resultado dessas origens hobbesianas semelhantes foi que o autoritarismo na Malásia e em Singapura foi fundado sob “pactos de proteção”: amplas coalizões de elite unificadas tanto pelo apoio a um poder maior do Estado, quanto pelo apoio a controles autoritários mais rígidos como baluartes institucionais contra tipos contenciosos de política especialmente ameaçadores⁷. No entanto, o poder do Estado havia sido expandido muito antes de serem estabelecidos os controles autoritários dos dois partidos. Ainda que as substanciais viradas autoritárias dos partidos governantes tenham significado mudanças nos tipos de regime, a criação subsequente de estruturas estatais apenas aumentou o poder do Estado em uma questão de grau.

Em processos que se estendiam desde a segunda metade da década de 1940, a insurgência das agitações de esquerda e de caráter comunalista levaram a novas rodadas de criação de aparatos estatais em Singapura no meio da década de 1960 e na Malásia no fim desse mesmo período. Na Malásia, o impacto dos conflitos sectários de 1969 fez com que o centro político reforçasse suas amarras sobre a periferia, conduzindo o país a uma era de “inequívoca centralização”⁸. Desde então, os líderes políticos malaios não têm sido constrangidos pelo contrapeso de centros de poder dos diferentes estados, mesmo quando eles perdem as eleições estaduais.

Tanto em Singapura quanto na Malásia, a utilização intensiva das herdadas instituições coercivas e extrativas de renda esteve no coração da criação de aparatos estatais autoritários. Na parte fiscal, a ONUM e o PAP expandiram suas extrações de renda da população; extrações essas que – à época – já eram expressivas. O mais notável é que o FPF e o FPC proveram os dois Estados de mecanismo ideais para que fincassem suas garras fiscais na classe média que se expandia. Os dois regimes utilizaram as contribuições compulsórias para dependerem menos de outros países e para cultivarem o apoio político interno. As taxas de contribuição de empregadores e de empregados em Singapura e na Malásia têm sido apontadas como “as mais altas no mundo”⁹. Dado que há um lapso de décadas entre a arrecada-

ção e o gasto, os líderes dos dois regimes sempre possuem superávits expressivos de reservas fungíveis que, com a máxima flexibilidade e com o menor controle possível, podem ser alocados ao uso político.

Também no que diz respeito à coerção, o poder do Estado foi herdado e intensificado. Inicialmente, os poderes de polícia dos dois governos foram expandidos para que se pudesse lidar com a ameaça combinada de comunalismo e agitações de esquerda, mas esses poderes têm sido mais do que adequados para limitar as ameaças aos regimes tal qual eles as veem. As guinadas autoritárias posteriores a 1965 em Singapura e a 1969 na Malásia deram ao PAP e à ONU a autoridade legal para que eles fizessem o que, na prática, já vinham fazendo há tempos, graças ao legado propício das estruturas estatais construídas no fim do período colonial.

Em suma, os Estados malaio e singapurense têm servido como aparatos ideias aos regimes autoritários que os controlam. Em larga medida é isso o que explica por que a ONU e o PAP, além de não terem perdido o poder, nunca estiverem prestes a perde-lo. Dado que a *raison d'être* original de ambos era preservar a estabilidade política de cenários políticos entendidos como endemicamente instáveis, as perspectivas de democratização na Malásia e em Singapura dependem da percepção popular de que democracia e estabilidade podem coincidir.

Democratização de Estados Fortes

Tanto na Malásia quanto em Singapura, o poder do Estado serviu como a pedra angular da apreciada estabilidade política conquistada pelos partidos governantes. Inicialmente, preocupações com conflitos étnicos e com radicalismos redistributivos motivaram o estabelecimento, a um só tempo, de regras e de aparatos estatais autoritários. Portanto, se a Malásia e Singapura passassem por um processo de democratização, como o poder estatal poderia desvencilhar-se do autoritarismo e com quais consequências à estabilidade política?

Nenhuma das instituições de *Estado* discutidas acima perderia sua impressionante força se a Malásia e Singapura passassem por uma mudança de *regime*. Isso inclui instituições fiscais como o FPF, o FPC e os ministérios voltados à coleta de impostos diretos. Igualmente importante é o fato de que a democratização não impediria a atuação de instituições coercivas responsáveis pela preservação da ordem pública. Mesmo democracias realizam vigilâncias e policiam seus cidadãos, e poucas democracias novas estariam tão bem equipadas para fazer isso de modo tão profissional e eficiente. Isso porque, na Malásia e em Singapura, além de serem eficientes, as instituições coercivas são *desmilitarizadas*. Enquanto regimes militares geralmente veem suas principais instituições de repressão serem desmanteladas durante processos de democratização, regimes autoritários dotados de partidos fortes e de aparatos civis de policiamento não precisam enfrentar nenhuma suspensão repentina e séria da ordem pública enquanto estão passando por uma mudança de regime.

É claro que, na história recente da Ásia, a Malásia e Singapura não seriam os primeiros casos de democratização de ditaduras de Estados fortes com partidos dominantes há muitos anos no poder. Taiwan e Coreia do Sul configuram-se como paralelos regionais instrutivos. Na Coreia, em 1987, Roh Tae Woo – o sucessor presidencial designado do Partido Democrático da Justiça (PDJ) – recebeu as pressões populares crescentes por democratização com medidas preventivas voltadas à liberalização. Praticamente no mesmo momento histórico, o governo de Taiwan – em um movimento ainda mais preventivo do que o da Coreia – afrouxou os controles autoritários, à medida que o presidente Chiang Ching-kuo – em meio a fracas pressões populares pela mudança do regime – revogou a lei marcial e, apesar de não extinguir o Kuomintang (KMT), aboliu sua dominação de partido único. Um quarto de século após os partidos dominantes de Taiwan e da Coreia começarem a flexibilizar seus controles autoritários, quais lições as experiências deles podem ter oferecido à democratização de Estados fortes na Malásia e em Singapura?

A lição mais importante é que a democratização de Estados fortes não se traduziu em desestabilização política. A relativa estabilidade da Coreia e de Taiwan baseou-se, principalmente, em três fatores. Em primeiro lugar, ao democratizarem a política em seus próprios termos e de modo constitucional, o taiwanês KMT e o coreano PDJ asseguraram seus lugares entre as principais forças – na verdade, como *as* principais forças – na política nacional durante a nova era democrática. Os dois países demonstraram como partidos autoritários que dão início a processos democráticos podem neles prosperar, contrariando, assim, a sabedoria convencional segundo a qual partidos dominantes mantêm-se firmemente arraigados ao poder a fim de evitar a obsolescência sob regimes democráticos¹⁰. Além de vencer com facilidade as primeiras eleições democráticas das décadas de 1980 e de 1990, o KMT e o PDJ – acompanhados de seus sucessores – retornaram ao poder nos anos 2000, após os triunfantes partidos de oposição não conseguirem governar de modo tão eficiente quanto seus antecessores autoritários.

Isso aponta para o segundo pilar da estabilidade contínua durante processos de democratização de Estados fortes. Após décadas de industrialização e de redução da pobreza promovidas pelo Estado, os regimes autoritários de Taiwan e da Coreia haviam incubado uma classe média vibrante dotada de tendências políticas moderadas e até mesmo conservadoras. Especialmente em Taiwan, a democratização estava mais relacionada à expansão da inclusão política do que à imposição de uma redistribuição radical. Quando, aparentemente, a democratização incentivou agitações trabalhistas e aumentos exorbitantes dos salários na Coreia, eleitores de classe média tornaram-se mais conservadores, abandonando o apoio que davam a “reformas e democratização [...] diante de ameaças reais ou percebidas como tal à estabilidade política e econômica”¹¹. Isso tem sido verdade nos anos 2000 assim como o foi durante a década de 1990, uma vez que o Grande Partido Nacional (um sucessor do PDJ) retomou de modo contundente o controle da presidência e do parlamento em 2008, após o conturbado mandato do presidente Roh Moo Hyun (2003-

2008), do Partido Uri. Essa sucessão de fatos é semelhante à que se deu em Taiwan, onde o governo relativamente populista do Partido Democrático Progressista foi contrabalançado por um decisivo retorno eleitoral ao controle conservador do KMT.

As recorrentes alternâncias de poder e os episódios de escândalos que têm caracterizado as democracias coreana e taiwanesa podem reforçar a noção de que democracia assemelha-se à falta de estabilidade. No entanto, abaixo das ondas espumosas de escândalos e de rancores partidários, a Coreia e Taiwan possuem uma fonte mais profunda de estabilidade política duradoura: como herança, elas possuem um Estado forte. Esse é o terceiro fator que contribui à continuidade após a democratização de Estados fortes. As grades de ferro de Leviatãs autoritários têm sido reposicionadas de acordo com propósitos democráticos na Coreia e em Taiwan, mas – de modo algum – elas têm sido desmanteladas. As colocações de Qingshan Tan sobre uma Taiwan democrática mostraram-se válidas também para a democracia coreana: “O Estado burocrático não se enfraqueceu”¹².

É possível identificarmos mudanças na Coreia e em Taiwan no sentido de um Estado desenvolvimentista para um Estado de Bem-Estar Social¹³, mas não uma mudança de Estados fortes para Estados fracos. Assim como seus pares ricos do Ocidente, essas democracias asiáticas enfrentam o desafio crônico de controlar gastos e dívidas públicas, mas não enfrentam adversários radicais contrários a um modelo conservador de desenvolvimento capitalista. Dotadas de instituições fiscais relativamente fortes, a Coreia e Taiwan estão mais bem equipadas do que países da América Latina e do sul da Europa para lidar com pressões pela expansão do Estado de Bem-Estar Social. Dado que Malásia e Singapura possuem forças similares às de Coreia e Taiwan em suas eras autoritárias, a democratização dos dois Estados mais fortes do Sudeste Asiático seria acompanhada pelo mesmo tipo de continuidade no sistema partidário, no conservadorismo eleitoral e na capacidade estatal que presenciamos após a democratização nos Estados mais fortes do Nordeste Asiático.

Fortalecendo Oposições, Enfraquecendo Regimes?

Para que a democratização de Estados fortes possa ocorrer, os detentores autoritários do poder devem estar dispostos a refrear o uso que fazem da coerção. Essa disposição, por sua vez, pode depender da capacidade das forças de oposição de impor um desafio capaz de pressionar os líderes autoritários a reconsiderar seus próprios padrões de governo. No entanto, Malásia e Singapura tiveram durante muito tempo oposições excepcionalmente fracas e divididas convivendo com Estados excepcionalmente fortes. Isso significa que os dois países estiveram seguros tanto *para* a democratização, quanto *contra* a democratização.

Em anos recentes, os partidos de oposição têm se tornado mais fortes e unificados tanto na Malásia quanto em Singapura. Entretanto, os poderes que a ONU e o PAP detêm ainda são superiores aos de seus respectivos adversários; superioridade essa que é ampla o suficiente para que eles impeçam a democratização no futuro próximo se assim o desejarem. A igualdade de condições entre situação e oposição poderá se igualar e a democratização desses Estados fortes poderá de fato ocorrer apenas se os líderes malaios e singapurenses abrirem mão das táticas coercivas que vêm sendo tão úteis a eles e que há tanto tempo eles utilizam.

Prever se e quando a ONU e o PAP poderão aprovar uma vitória da oposição é mais tarefa de um vidente do que de um cientista social. O que é muito mais claro é que o desenvolvimento conduzido pelo Estado ajudou a formar oposições moderadas. Isso sugere que, na Malásia e em Singapura – assim como em Taiwan e na Coreia –, processos de liberalização iniciados pelos próprios regimes não se mostrariam desestabilizadores, mesmo se eleições mais livres e justas fizessem com que o poder fosse parar nas mãos dos principais líderes opositoristas.

Todavia, o que é muito menos claro é se as oposições na Malásia e em Singapura estão bem posicionadas ou preparadas para assumir

o manto do poder. Isso poderia convencer os líderes da ONU e do PAP de que a liberalização é desnecessária, mas poderia aprofundar também a confiança desses líderes de que a democratização não necessariamente os levaria à derrota eleitoral no futuro próximo.

Nas últimas décadas, a oposição política fez mais progressos na Malásia do que em Singapura. Durante os primeiros 25 anos do domínio do BN, a coalização governante da política malaia obteve vitórias esmagadoras a cada cinco anos, nunca perdendo a maioria de dois terços que ela havia perdido momentaneamente em 1969. Em 1987, um racha dramático no interior da ONU aparentou ameaçar a dominação do BN, mas essa cisão teve pouco impacto nas urnas. Do início da década de 1970 até o meio dos anos 1990, o BN enfrentou a oposição fragmentada de dois partidos que tinham só um pouco mais em comum entre si do que tinham com o BN: o Partido Pan-Islâmico Malaio (PAS), ligeiramente islâmico e mais rural, e o Partido da Ação Democrática (PAD), com tendências moderadas de esquerda e predominantemente chinês. Como partidos étnicos em uma realidade política multiétnica, ocasionalmente eles venciam em um ou dois Estados nas eleições nacionais, mas eles nunca conseguiam chegar perto de ameaçar a primazia multiétnica do BN sobre o poder nacional.

A política malaia sofreria sua primeira mudança dramática da era BN em 1998, quando a crise financeira asiática deu início a uma séria crise política. Como resposta à crise econômica (e ao espectro da deposição de Suharto na vizinha Indonésia), o primeiro-ministro Mahathir Mohamad despediu e prendeu Anwar Ibrahim, seu popular – mas não confiável – vice-primeiro-ministro. A demissão e as agressões físicas sofridas por Anwar enquanto estava sob a custódia da polícia deram origem ao *reformasi* – o maior movimento de protesto da história pós-independência da Malásia –, o qual clamou por justiça legal no caso de Anwar e por reformas democráticas mais amplas. Enquanto outros primeiros-ministros da Malásia optaram por uma combinação entre repressão e acolhimento de algumas das

reivindicações em suas respostas a protestos populares¹⁴, Mahathir demonstrou pouca hesitação em usar apenas a coerção, ordenando, entre o fim de 1998 e o início de 1999, que o *reformasi* fosse totalmente oprimido pela força.

O severo tratamento de Mahathir a Anwar, ao movimento *reformasi* e ao Partido da Justiça Popular (PJP) – que emergiu sob a bandeira da detenção de Anwar – teve consequências diversas. Por um lado, o ressentimento generalizado em relação à Mahathir gerou entre os malaaios um significativo voto de protesto nas eleições de 1999. A vantagem parlamentar da ONUM sobre o PAS diminuiu de 89-7 para 72-27. Por outro lado, o apoio ao BN entre os não-malaaios permaneceu praticamente inalterado, e a prisão de Anwar e de outras cinco figuras de destaque do PJP por Mahathir impediu que essa força política multiétnica potencialmente importante tivesse um impacto eleitoral significativo. Dado que os principais partidos políticos de oposição eram de natureza étnica, o BN não poderia ser seriamente ameaçado nas urnas. Após Mahathir abdicar do poder em 2003 e entregar o cargo a seu vice Abdullah Badawi – menos agressivamente autoritário –, o voto de protesto na Malásia desapareceu, e, nas eleições de 2004, a ONUM e o BN impuseram à oposição malaia a derrota mais acachapante de todos os tempos. A ONUM e o BN pareciam ter voltado à era de ouro da hegemonia.

O PAP, de Singapura, marchou da década de 1960 pelos anos 2000 com colisões e hematomas ainda menores. O PAP ganhou o monopólio dos assentos parlamentares nas eleições nacionais de 1968, quando a Frente Socialista – em uma estratégia compreensível, mas que lhe causou uma derrota deliberada – boicotou o processo autoritário de eleição. Na sequência, o partido ganhou todos os assentos parlamentares nas eleições de 1972, 1976 e de 1980. Quando o PAP finalmente perdeu um único assento parlamentar em 1981, isso foi visto por alguns como “uma demonstração de que a partir de então não só era possível haver oposição, mas também que ela não iria inevitavelmente acabar com a vontade da nação e com a sua

capacidade de sobreviver; uma ameaça comumente alardeada pelo PAP¹⁵. Porém, isso deu pouca força à oposição. A intimidação legal e política de opositores (e dos distritos que pareciam preparados para apoiá-los) fez com que o PAP não tivesse de enfrentar sequer um adversário em mais da metade dos distritos de Singapura até 2006. Nesse ano, a oposição finalmente reuniu um número suficiente de candidatos para forçar o PAP a esperar até o dia da eleição para declarar a vitória, embora tenha conquistado apenas dois assentos.

Somente nas eleições mais recentes da Malásia e de Singapura a maré pareceu virar. Em 2008, a Malásia causou um grande choque. Com a saída de Anwar Ibrahim da prisão, sua incipiente coalizão – a Aliança do Povo (AP), que reunia com dificuldade o PJP, o PAS e o PAD – tirou do BN a maioria de dois terços pela primeira vez desde 1969, firmando-se como líder absoluto em um número sem precedentes de cinco entre 13 estados. Igualmente importante foi a retomada do multiétnico PJP, de Anwar, o qual se tornou o maior partido na coalizão de oposição, ganhando 31 assentos parlamentares, ultrapassando, portanto, os 28 do PAD e os 23 do PAS.

O fato de ser multiétnica a natureza do principal partido de oposição significa que uma derrota eleitoral do BN deixou de ser uma fantasia para se transformar em uma possibilidade real. Isso teve um efeito moderador sobre o PAD e o PAS, que, sozinhos, jamais poderiam tornar-se mais do que partidos marginais, mas, agora, podem esperar compartilhar o poder nacional no rastro do multiétnico PJP. Certamente a coalizão de oposição AP tem lutado com afincos para manter seu instável equilíbrio e coesão desde seus êxitos de 2008, e permanece perigosamente dependente da liderança pessoal de Anwar. Esse é o destino típico de partidos e coalizões que lutam para sair do “deserto” da oposição em cenários controlados por partidos dominantes. Seja como for, os ganhos recentes da oposição representam uma mudança radical, se não irreversível, na política da Malásia.

Uma iminente derrota eleitoral do PAP continua sendo uma fantasia, embora um pouco menos improvável após as eleições de

2011. Ainda que a oposição tenha conquistado apenas seis assentos parlamentares (um deles em um Eleitorado de Representação por Grupo especialmente difícil de conquistar e que representou uma derrota que o PAP nunca havia sofrido), a campanha de 2011 em Singapura foi curiosamente semelhante à eleição pouco coercitiva da Malásia sob o domínio de Badawi em 2008. Primeiramente, a vibração das novas mídias fora do alcance das garras do governo ajudou os partidos da oposição a ganhar mais atenção dos eleitores e a realizar comícios de campanha mais expressivos. Em segundo lugar, os partidos de oposição fizeram progressos na coordenação de suas candidaturas entre os diferentes círculos eleitorais, evitando competições que acabariam por enfraquecê-los. Por fim, os temas da campanha de 2011 em Singapura (assim como os da campanha de 2008 na Malásia) focaram em questões básicas de responsabilidade e desempenho do governo, e os eleitores passaram a acreditar cada vez mais que freios e contrapesos ao governo promoveriam uma governança melhor. Guiados pelo seu slogan inteligentemente inquestionável (“Rumo a um Parlamento de Primeiro Mundo”), a oposição de Singapura ironicamente apresentou-se como extrema-da em apenas um aspecto: sua acentuada moderação.

Não há maneira fácil de prever se os líderes da Malásia e de Singapura permitirão que essas oposições cada vez mais robustas e organizadas floresçam. Contudo, há diversas maneiras úteis de se analisar a questão. Pode-se começar medindo quão repressivos ou responsivos têm sido os governantes ao lidar com a oposição. Nesse aspecto, ironicamente, há maiores motivos para otimismo no caso mais fechado (Singapura) do que no caso em que, historicamente, a oposição obteve mais êxito (Malásia). Na Malásia, a redução da repressão testemunhada sob o mandato do primeiro-ministro Abdullah Badawi (2003-2009) foi revertida por seu sucessor, Najib Razak, que parece mais propenso a seguir a cartilha de Mahathir do que a de Badawi ao lidar com a oposição. Isso está patente nas persistentes investidas judiciais contra Anwar (cuja absolvição em uma nova rodada de

acusações de sodomia é atualmente objeto de recurso do governo) e na repressão dos pacíficos protestos “Bersih 2.0” por eleições mais limpas em julho de 2011. Talvez porque os desafios impostos pela oposição permaneçam muito mais fracos em Singapura, e porque a bateria dos controles autoritários diários do Estado de Singapura permaneça muito mais difícil de quebrar, os líderes do PAP parecem estar respondendo a ganhos da oposição com alguma tranquilidade. É uma questão em aberto se esse cenário continuará assim.

Todavia, não se trata de uma questão impossível de ser respondida. Sob o fluxo e o contra fluxo de alguns líderes e suas inclinações para a repressão, tanto a Malásia quanto Singapura passaram por mudanças históricas muito mais profundas. Em resumo, há fortes motivos para se acreditar que as eras de “pactos de proteção” desses países podem, finalmente, ser coisa do passado. A esquerda radical há muito deixou de ser um elemento significativo, e não há mais motivos para suposições de que competições democráticas mais livres permitiriam a um grupo político minoritário conquistar todo o poder ou que elas gerariam uma radicalização da política comunalista. Uma vez que a justificativa mais forte do autoritarismo na Malásia e em Singapura tem sido a de que esse autoritarismo é uma proteção necessária contra a desestabilização, o caráter moderado e multiétnico da oposição que emerge nos dois países alimenta a esperança de que a repressão não será vista como necessária para se evitar um retorno aos dias hobbesianos anteriores ao regime autoritário. O paradoxo é que essas oposições mais moderadas e críveis representam uma ameaça eleitoral maior para o BN e para o PAP, o que pode convencer os líderes partidários de que a repressão será necessária para proteger seu próprio poder político, se não for para preservar a ordem social.

Flexibilização do Autoritarismo, Não a Perda do Leviatã

Um debate importante surgiu recentemente nos meios acadêmicos e políticos sobre a melhor forma de se “estabelecer a sequência” entre democratização e construção de aparatos estatais. Uma pers-

pectiva defende que Estados fortes devem ser construídos antes da democratização poder prosseguir de um modo sereno. Portanto, a prioridade nos diversos Estados fracos do mundo é fortalecer o Estado, e não implementar ou aprofundar a democracia. Outros analistas não acreditam que haja razão para que a democratização seja adiada até a conclusão da construção das estruturas estatais, argumentando que os dois fenômenos podem acontecer simultaneamente¹⁶. Considerando-se que a construção de tais estruturas é uma tarefa mais árdua do que a mudança de um regime, esperar que a primeira seja realizada antes da segunda é tão inútil como esperar Godot.

Para Malásia e Singapura, mais do que para qualquer outro regime autoritário na Terra, esse “debate sequencial” é totalmente irrelevante. Mesmo observadores mais tímidos da democracia seriam fortemente pressionados se defendessem que Malásia e Singapura precisam da construção de mais aparatos estatais antes de se tornarem seguros para disputas democráticas mais amplas. É certo que o desempenho geral do governo tem sido muito mais comprometido na Malásia do que em Singapura nos últimos anos, especialmente desde que a personalização do poder por Mahathir nas décadas de 1980 e 1990 agravou a corrupção oficial e os abusos de autoridade partidária. Entretanto, não se deve confundir o *desempenho* de nenhum regime com o caráter subjacente de *poder* do Estado. A corrupção e a personalização indicam abuso e exploração do Estado por líderes políticos, não um Estado incapaz de cumprir seu trabalho desde que apoiado politicamente para fazê-lo. Como seu par singapurense, o Leviatã malaio continua forte o suficiente para suportar as tensões de uma mudança de regime.

Sem nenhum argumento hobbesiano crível e defensável a favor da continuidade do autoritarismo, os partidários das práticas autoritárias dos atuais regimes devem recorrer a uma defesa mais particularista: a democracia não é a forma de regime que malaaios e singapurenses preferem. Argumentos como esse costumam se basear em conceitos culturalmente relativistas e até essencialistas de atitudes políticas no Leste Asiático. No entanto, não é preciso pintar toda a

região com o mesmo pincel essencialista para se evocar o argumento crível segundo o qual – especificamente na Malásia e em Singapura – nivelar a disputa entre regime e oposição pode realmente fazer com que, de várias maneiras importantes, o governo seja menos representativo dos desejos populares.

De acordo com uma linha de pensamento, a democracia liberal ocidental é simplesmente mal preparada para sociedades conservadoras como Malásia e Singapura. Esse argumento é equivocado, pois a democracia não implica necessariamente em resultados menos conservadores – como atestam, por exemplo, as políticas públicas de muitos estados dos EUA. A democratização é simplesmente um afrouxamento de restrições autoritárias de modo que a oposição política possa competir em um campo de quase igualdade, sem medo de ser alvo de repressão ou restrições. Isso implica maior liberdade à organização e à expressão de pontos de vista alternativos em espaços públicos, mas não exige o leque completo de proteções aos direitos humanos que os críticos internacionais desses regimes compreensivelmente priorizam. Por exemplo, a Malásia e Singapura podem se tornar democráticos ao mesmo tempo em que preservam sua disseminada aplicação da pena de morte e a proibição de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Políticas iliberais contínuas sobre questões como essas manteriam os dois países como politicamente conservadores, mas não os tornariam menos democráticos em termos procedimentais.

Uma segunda preocupação relaciona-se à questão das diferenças comunais, particularmente no campo da religião. Uma das tensões mais persistentes da democracia é que ela exige tanto a regra da maioria quanto a proteção das minorias. À medida que as minorias não podem esperar proteção contra as majorias após as eleições, os procedimentos da democracia ameaçam dar as bases da etnocracia. Uma democracia que não possa preservar a paz não é uma democracia que a maioria das pessoas (asiáticos ou não) consideraria útil ter. No entanto, mais de quarenta anos após Malásia e Singapura

testemunharem suas respectivas viradas autoritárias, não há razão para acreditar que a democratização geraria insegurança física de qualquer tipo em qualquer país. O frequente refrão do PAP de que é necessário o autoritarismo em Singapura devido a ameaças externas é risível em uma perspectiva comparada: Taiwan e a Coreia do Sul enfrentam inimigos geopolíticos imensamente maiores e mais imediatos, ainda assim os dois países foram capazes de se democratizar sem comprometer a segurança nacional. Quanto a ameaças internas, nenhum partido que busque acabar com antigas barganhas étnicas ameaça capturar o poder na Malásia ou em Singapura.

A terceira e última possibilidade é que os eleitores em geral percebam o autoritarismo como melhor do que a democracia na criação de políticas econômicas prudentes. Mas as políticas econômicas são feitas por partidos governistas e implementadas pelos aparelhos de Estado, e não pelo tipo de regime. Os eleitores que acreditam que o BN ou o PAP podem lidar melhor com a economia podem continuar a votar neles depois da democratização. Se as experiências da Coreia do Sul e de Taiwan servirem como parâmetro, a maioria dos eleitores da Malásia e de Singapura viria a concluir exatamente isso e apoiaria em massa o BN e o PAP. À medida que o crescente descontentamento popular atual se concentra nessas práticas repressivas, a flexibilização desses controles beneficiaria não apenas a democracia, mas também o BN e o PAP.

NOTAS

1. Adam Przeworski e Fernando Limongi, “Modernization: Theories and Facts,” *World Politics* 49 (Janeiro de 1997): 155–83. O PIB total da Malásia e de Singapura são praticamente equivalentes, mas o PIB *per capita* de Singapura é aproximadamente cinco vezes superior.

2. Para não se considerar as categorias “malaio” e “chinês” ou suas subdivisões como eternas ou inevitáveis, veja Anthony Reid, *Imperial Alchemy: Nationalism and Political Identity in Southeast Asia* (New York: Cambridge University Press, 2009), chs. 3–4, para um importante relato histórico.

3. Sobre “autoritarismo competitivo”, consulte Steven Levitsky e Lucan A. Way, *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes After the Cold War* (New

York: Cambridge University Press, 2010). Sobre o “autoritarismo eleitoral”, que engloba mais claramente a Malásia e Singapura, consulte Andreas Schedler, ed., *Electoral Authoritarianism: The Dynamics of Unfree Competition* (Boulder, Colo.: Lynne Rienner, 2006). Para um argumento de que Singapura recentemente passou de um autoritarismo “fechado” para um “competitivo”, de acordo com definições de Levitsky e Way, veja Stephan Ortmann, “Singapore: Authoritarian but Newly Competitive,” *Journal of Democracy* 22 (Outubro de 2011): 153–64.

4. Sobre a distinção do regime estatal em ambientes autoritários e o papel do poder do Estado em apoiar o autoritarismo duradouro, consulte Dan Slater e Sofia Fenner, “State Power and Staying Power: Infrastructural Mechanisms and Authoritarian Durability,” *Journal of International Affairs* 65 (Outono-Inverno de 2011): 15–29.

5. A seguinte análise histórica é baseada em Dan Slater, *Ordering Power: Contentious Politics and Authoritarian Leviathans in Southeast Asia* (New York: Cambridge University Press, 2010), cap. 4 e 8.

6. Cho-Oon Khong, “Singapore: Political Legitimacy Through Managing Conformity,” em Muthiah Alagappa, ed., *Political Legitimacy in Southeast Asia: The Quest for Moral Authority* (Stanford: Stanford University Press, 1995), 115.

7. Slater, *Ordering Power*, 5.

8. Robert O. Tilman, “The Centralization Theme in Malaysian Federal-State Relations, 1957–75,” Instituto para Estudos do Sudeste Asiático (Singapura), Occasional Paper No. 39, Maio de 1976, 63.

9. Mukul G. Asher, “Issues in Forced Savings and National Economic Development: The Management of National Provident Fund Systems,” em Al’ Alim Ibrahim, ed., *Generating a National Savings Movement* (Kuala Lumpur: Instituto para Estudos Estratégicos e Internacionais, 1994), 238.

10. Barbara Geddes, “What Do We Know About Democratization After Twenty Years?” *Annual Review of Political Science* 2 (1999): 115–44.

11. John Kie-Chiang Oh, *Korean Politics: The Quest for Democratization and Economic Development* (Ithaca: Cornell University Press, 1999), 114, 115. Sou muito grato a Sofia Fenner por suas perspectivas sobre o conservadorismo de eleitores na sequência de democratização de Estados fortes.

12. Qingshan Tan, “Democratization and Bureaucratic Restructuring in Taiwan,” *Studies in Comparative International Development* 35 (Junho de 2000): 48–64.

13. Stephan Haggard e Robert R. Kaufman, *Development, Democracy, and Welfare States: Latin America, East Asia, and Eastern Europe* (Princeton: Princeton University Press, 2008); e Joseph Wong, “Democracy’s Double Edge: Financing Social Policy in Industrial East Asia,” em Yin-wah Chu e Siu-lun Wong, eds., *East Asia’s New Democracies: Deepening, Reversal, Non-Liberal Alternatives* (Nova York: Routledge, 2010).

14. Sobre o “regime de resposta à repressão” da Malásia, consulte Harold Crouch, *Government and Society in Malaysia* (Ithaca: Cornell University Press, 1996).

15. Beng-Huat Chua, *Communitarian Ideology and Democracy in Singapore* (Nova York: Routledge, 1995), 174.

16. Para argumentos mais otimistas, consulte Thomas Carothers, “How Democracies Emerge: The ‘Sequencing’ Fallacy,” *Journal of Democracy* 18 (Janeiro de 2007): 12–27. Do lado mais pessimista, consulte Edward D. Mansfield e Jack Snyder, “The Sequencing ‘Fallacy,’” *Journal of Democracy* 18 (Julho de 2007): 5–9.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/
PublicacoesAmericaLatina.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/
PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

Meios de comunicação e Democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.
aspx#MediosComunicacion](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e
desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>